Narrativas da guerrilha no feminino (Cone Sul, 1960-1985)

Guerrilla narratives in the feminine (Southern Cone, 1960-1985)

Cristina Scheibe Wolff¹
cristiwolff@gmail.com

Resumo. Por meio da análise de trajetórias de mulheres militantes nos movimentos de guerrilha de esquerda, pretendemos traçar uma perspectiva comparativa entre os países do Cone Sul – Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai. Estes países foram marcados, nas décadas de 1960 a 1980, por ditaduras militares e por movimentos de guerrilha de esquerda. Nessa espécie de nova esquerda, as mulheres desempenharam um papel mais destacado do que na esquerda tradicional. A participação na guerrilha deu a muitas delas legitimidade política para ações posteriores no âmbito da vida pública, mesmo que, muitas vezes, essas ações tenham ocorrido no exílio. Para alcançar o objetivo proposto, utilizamos entrevistas realizadas em pesquisa recente com mulheres dos diversos países do Cone Sul. Nos relatos, são destacadas certas regularidades e semelhanças que nos devem fazer pensar em um processo histórico que ultrapassava as fronteiras e que influenciou de modo intenso nos rumos políticos desses países.

Palavras-chave: gênero, mulheres, narrativas, guerrilha.

Abstract. By analyzing the course of life of women who fought in left wing guerrilla movements, our intention is to describe a comparative perspective between the Southern Cone countries Argentina, Brazil, Bolivia, Chile, Paraguay and Uruguay. These countries experienced military dictatorships and left wing guerrilla movements between the 1960s and the 1980s. Women played a more distinguished role in this “new left wing” than they had played in the traditional one, and the participation in the guerrilla gave many women the political legitimacy for later participation in public life, even when such participation happened during exile. In order to perform such analysis we have used recent interviews with women from the different countries afore mentioned. There are certain regularities and similarities in their report that lead us to a historical process which crossed the borders and greatly influenced the political paths walked by all those countries.

Key words: gender, women, narratives, guerrilla.

¹ Doutora em História Social pela USP. Professora Associada do Departamento de História da UFSC. Coordenadora do PPG em História da UFSC. Bolsista de Produtividade Nível 2 CNPq.

A memória tem caminhos estranhos. Muitas vezes, nos prega peças e esquecemos justamente aquilo que gostaríamos de lembrar: um nome, um lugar, a situação na qual conhecemos uma pessoa. Outras vezes, lembramos por meio de *flashes*, nem sempre completos, coisas aparentemente insignificantes: um cheiro, um gosto, um rosto. A isso, Seixas (2004, p. 37-38) chama de memória involuntária, evocando Proust e sua célebre *madeleine*. Memória e esquecimento andam juntos; sentimentos e ressentimentos fazem parte das lembranças e acabam por constituir discursos e configurar práticas sociais (Ansart, 2004).

Ao tentar comparar relatos de mulheres ex-militantes de esquerda dos países do Cone Sul, nos deparamos com uma série de discursos comuns, em meio a imagens, rostos, cheiros, lágrimas e risos. Como é possível que pessoas de locais tão distantes como São Paulo e Santiago, ou Córdoba e Assunção, ou Montevideu e La Paz ou Santa Cruz de La Sierra evoquem, em seu discurso, tantos lugares-comuns? Em que medida esses discursos estão vinculados a uma configuração de gênero que ultrapassava as fronteiras desses países e se associava a um projeto político de esquerda? Essas são algumas das questões que vamos tratar neste artigo.

Este trabalho se insere em um grande projeto de pesquisa, chamado Gênero e Ditadura no Cone Sul. O projeto congrega uma equipe de professoras, estudantes do mestrado, do doutorado e da graduação e se desdobra em vários projetos no Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O presente trabalho está vinculado ao projeto Relações de gênero na luta da esquerda armada no Cone Sul: uma perspectiva comparativa, 1968-1979.²

A equipe do Laboratório de Estudos de Gênero e História vem investigando aspectos de gênero nos movimentos de esquerda e a formação de movimentos feministas durante o período de ditaduras militares nos vários países do Cone Sul: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. Somente com o auxílio de um acervo, como o que estamos recolhendo coletivamente, é que se pode empreender um trabalho comparativo como o que aqui é proposto. No momento, temos um acervo de 142 entrevistas realizadas nesses países, com as quais já se pode dar início à tarefa de estabelecer comparações. Este texto nasce desse esforço comparativo e do

estabelecimento de relações entre o material coletado nos vários países.

As entrevistas que constituem o material básico para este trabalho são bastante variadas; foram realizadas em viagens de pesquisa, congressos e conferências nos países citados. A partir de alguns contatos prévios às viagens, fomos pedindo indicações, buscando informações sobre pessoas que militaram seja na esquerda, seja no feminismo, ou em ambos, no período estudado, por meio da internet, de pesquisas bibliográficas, nas universidades e em trabalhos acadêmicos. As informações obtidas por meio de entrevistas subordinam-se a um roteiro básico que valoriza a trajetória militante de cada entrevistado, mas são abertas e incluem temas variados, dependendo da disposição dos entrevistados e de sua fala. A maioria das entrevistas foi feita com mulheres, todavia também com homens que participaram dos movimentos de esquerda e/ou se tornaram feministas. Além das entrevistas, nossa equipe vem coletando bibliografia e documentação de organizações de esquerda (periódicos, manuais, regulamentos e outros documentos), de grupos e de iniciativas feministas.

A proposta de comparar narrativas de trajetórias de mulheres militantes de esquerda não é tarefa fácil. Optamos por apresentar aqui um balanço inicial de questões e discursos comuns percebidos em entrevistas de militantes de esquerda de vários países. Essa busca por discursos comuns deve ser complementada, futuramente, com uma discussão detalhada das particularidades e especificidades da militância feminina em cada um dos países estudados, levando em consideração diferenças regionais nesses países. Isso tudo, pela limitação imposta por este trabalho, não poderá ser contemplado no momento.

Ao escutarmos e lermos as entrevistas, encontram-se muitos pontos comuns que parecem saltar das páginas e dos arquivos digitais e prender-se em blocos de imagens, de figuras de linguagem e de preocupações partilhadas. Isso reafirma a questão apresentada sobre como explicar que pessoas participantes de organizações de esquerda diferentes, em países e em línguas diversas expressam sentimentos e lembranças tão semelhantes? Halbwachs (1990) já chamava a atenção para o caráter coletivo e social da memória. Isso não significa que a memória seja necessariamente compartilhada, mas que a referência no grupo e no social sempre está presente

² Esta pesquisa é financiada pelo CNPq com bolsa de produtividade em Pesquisa e Bolsa IC. Conta com o apoio imprescindível da Professora Joana Maria Pedro e a grande equipe do LEGH, especialmente os bolsistas de PIBIC e IC: Lillian Back, Prícila Carboneri de Sena e Andrei Martin San Pablo Kortchergerenko, sem os quais esta pesquisa se tornaria impossível.

na memória. E estamos tratando aqui, como lembrava Elizabeth Jelin, em recente conferência³, de um processo histórico vivido em conjunto nesses países da América do Sul. Ao mesmo tempo em que ditaduras militares espalhavam-se em todos esses países, em períodos e processos que se diferenciaram segundo a conjuntura local, mas que obedeceram também a uma espécie de plano geral orquestrado em conjunto com os Estados Unidos, movimentos guerrilheiros inspirados na Revolução Cubana, ou na Guerra Popular Prolongada de Mao Tse Tung na China, também aí se formavam. Esses movimentos são tomados como frutos de uma Nova Esquerda que surgia dos quadros dos Partidos Comunistas e Socialistas, dos movimentos anarquistas e, especialmente, dos movimentos estudantis universitários, cada vez mais imbuídos de seu papel transformador e revolucionário (Gandolfi, 1991).

Nessas organizações de esquerda, ao contrário dos tradicionais Partidos Comunistas e Socialistas, as mulheres pareciam ocupar um lugar cada vez maior, e, esporadicamente, ocuparam lugares de comando e liderança, usando, eventualmente, armas (Wolff, 2007). Mas como essas mulheres sentiram e significaram essa presença? Como isso se expressa em suas narrativas?

“Eu não me sentia discriminada...”

Uma das falas que sempre ouvimos nas entrevistas das mulheres militantes de esquerda é que elas não se sentiam discriminadas, pelo menos não no início de sua militância. Dependendo das elaborações posteriores, as militantes fazem essa afirmação mais peremptoriamente, como Margarita Iglesias, que foi do *Movimiento de Izquierda Revolucionario*, MIR, no Chile, e que continua vinculada a uma posição política de esquerda:

O que acontece é que nos lugares em que me incorporava nunca vi uma diferença muito grande e somente muitos anos depois eu fui notar a diferença entre homens e mulheres no interior do MIR, mas nesse tempo não tinha muita, e não havia tampouco numericamente uma diferença muito grande. E depois, claro, quando começa a se olhar outra perspectiva, se dá conta que em lugares de decisões mais altas, há menos mulheres. Mas até onde eu alcancei, eu estive em muitos lugares e os dirigi, nunca tive problemas por ser uma mulher (Saldaña, 2007, Entrevista).

Ou, então, M., da Argentina, que pertenceu ao *Ejército Revolucionario del Pueblo*, ERP:

Havia uma hierarquia, e a hierarquia tinha poderes de comando que podiam ser ocupados por homens ou mulheres, só que a cúpula do partido era masculina, a verdade é que a cúpula era masculina, que eu me lembre, mas em nível de comando havia tanto homens como mulheres, e nunca soube, nos grupinhos que eu frequentava, não havia problemas no sentido em que um homem não respeitasse a ordem dada por uma mulher, eu nunca vi. Se houve foi alguma coisa bem silenciosa, que eu não notei (M., 2006, Entrevista).

Também encontramos esses discursos no Uruguai, na Bolívia e no Brasil. Eles são sempre matizados pelo relato do tempo presente e pelas perguntas feitas pela pesquisadora, quem, de certa forma, informava à entrevistada que poderia haver diferenças entre como as organizações tratavam homens e mulheres. Esse discurso de que elas não viam essa diferenciação de tratamento é mais forte em mulheres que, em suas trajetórias, não integraram movimentos feministas e continuam militantes de esquerda. É fato que havia diferenças entre homens e mulheres. Essas diferenças, muitas vezes, eram simplesmente estabelecidas pela própria sociedade em que as pessoas estavam inseridas. No caso do Paraguai, por exemplo, encontramos pouquíssimas mulheres que tenham participado de movimentos armados (aliás, nesse caso, também existem, vivos, pouquíssimos homens). Uma delas é Guilhermina Kanonnikoff Flores que, em seu discurso, não chega a dizer que não havia diferenciação entre homens e mulheres, porém atribui todo o peso dessa diferença à sua condição de mulher na sociedade paraguaia. Sua situação era ainda mais complicada por ter engravidado no período, por ser vista como uma pequena burguesa e por trabalhar a fim de sustentar sua família, tendo poucas horas para dedicar à militância, ao contrário de seu companheiro que se dedicava integralmente à tarefa. Segundo ela:

Eu, como mulher, tinha o inconveniente, muitas vezes, de como regressar, e também por estar grávida, tinha que ter outro tipo de cuidado. Nesse nível, pra mim, era difícil progredir, ser promovida ao nível seguinte, e ficava na periferia. [...] Então, o nível de incorporação era limitado em vários casos, pela mesma condição de ser mulher, de estar grávida, e ainda de ser pequena burguesa (Flores, 2008, Entrevista)⁴.

³ Conferência de Abertura do Colóquio Internacional “Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul”, proferida no dia 4 de maio de 2009, promovido pela Universidade Federal de Santa Catarina.

⁴ Guilhermina militou na Organização Político Militar (OPM), em 1975 e 1976, e foi presa em 1976.

“Quando vi a diferença...”

Entre as militantes que se tornaram também militantes feministas, ou, ao menos, se declaram feministas atualmente, é bastante variado o momento em que passaram a perceber a diferenciação entre homens e mulheres nas organizações de esquerda.

Algumas nasceram feministas, como Alejandra Ciriza, que foi militante do *Ejército Revolucionario del Pueblo* (ERP) e do *Partido Revolucionario de los Trabajadores* (PRT), na Argentina, e Marta Aguinin, da *Juventude Comunista do Uruguai*. Segundo elas, sempre tiveram dentro de si o espírito de rebeldia que as levava a questionar suas famílias sobre o privilégio dado aos irmãos, bem como a se colocar em cada espaço em que lhes fosse permitido falar, posicionar-se, agir, apesar de serem mulheres. Nesse sentido, afirma Martha:

Como me tornei feminista? Bem, isso é uma pergunta difícil de responder, porque eu tenho a sensação de que não é um processo, dizer como agora sou feminista. Sempre tive a rebeldia de que essas sociedades não tratam como iguais as mulheres e os homens [...]. Então, eu te diria, que sempre tive essa rebeldia... É uma rebeldia, né, isso de que todos os seres humanos merecemos as melhores oportunidades e a igualdade de oportunidades. Então, quando me perguntam, quando tomei consciência disso: eu acredito que sempre fui assim. Agora, dá a começar a atuar nos movimentos feministas, isso aconteceu quando eu voltei do exílio político, porque eu saí bastante jovem daqui. Fui exilada para a Argentina quando eu tinha 19 anos (Aguñín, 2008, Entrevista).

Da mesma forma, Gladys Dias, militante do MIR, chilena, afirma: “Sempre fui feminista” (Diaz, 2007, Entrevista).

Outras mulheres tornaram-se feministas em momentos difíceis. A prisão parece ter sido, para muitas, um lugar de descoberta das diferenças e das especificidades de ser mulher, o que, em muitos casos, levou ao feminismo.

Eleonora Menicucci de Oliveira, que militou no Brasil na Política Operária (POLOP) e no Partido Operário Camponês (POC), conta que se descobriu feminista na cadeia, na tortura, pois ali, como afirma: “Eu percebi absolutamente a diferença, e não só a diferença na tortura, porque a tortura de homens e mulheres, ela foi completamente diferente, tinha o uso do corpo da mulher o que não tinha o uso do corpo do homem” (Oliveira, 2004, Entrevista).

Carmem Beramendi, que foi militante sindical no Uruguai, tendo participado do Partido Comunista Uruguai, também fala da prisão como o lugar em que percebeu a diferenciação entre homens e mulheres. Foi na saída da prisão que viu acontecer mais claramente a diferença. Até então, as mulheres tinham militado com os homens e, como elas tinham sido presas por sete anos, na saída, ela percebeu que eles eram vistos como os protagonistas da resistência:

O cárcere privilegiava os homens, os homens eram os protagonistas, os homens saíam do cárcere e faziam conferência com a imprensa, as mulheres saíam do cárcere e iam correndo encontrar com suas famílias (Beramendi, 2008, Entrevista).

Em março de 2008, em Montevidéu, numa das coletas, comemorava-se o aniversário da primeira grande manifestação da Frente Ampla, realizada em 1971, a grande coalizão de centro-esquerda que assumiu o governo do país após a queda da Ditadura militar.⁵ Havia uma grande discussão que perpassou várias das entrevistas realizadas por nós: no grande evento comemorativo, não havia sido convidada nenhuma mulher para discursar no palanque encabeçado pelo Presidente Tabaré Vázquez. É claro que os vários movimentos de mulheres reclamaram muito, o que fez com que fosse convidada a subsecretária de Turismo, Lilián Kechichián, para compor o palanque. A escolha foi criticada, pois, ao contrário dos homens chamados a falar, militantes reconhecidos e importantes no cenário político uruguai, não foram chamadas mulheres consideradas de maneira equivalente. Talvez tenha sido a esse tipo de fato que Carmem Beramendi estava se referindo em sua entrevista, na disputa pela memória e pelo reconhecimento; os homens foram os vencedores, mesmo aqueles que foram mortos, torturados, presos ou que desapareceram.

Outro discurso muito comum é a descoberta da diferença e do feminismo no exílio, como já tratamos em outro texto (Wolff, 2008; Pedro, 2008). Mas essa descoberta, muitas vezes, foi crítica e decisiva, como no caso de Miriam Suarez, de Santa Cruz de la Sierra, Bolívia:

Então esta passagem pelos partidos políticos, por haver conhecido os movimentos revolucionários, já no exílio eu tinha uma atitude muito crítica a todas as pessoas que eram militantes revolucionários, que eram os que iriam mudar o país, o mundo e a América Latina,

⁵ Sobre isso, ver, por exemplo, “La coalición de izquierda. Frente Amplio celebra el aniversario de su primer acto en 1971” (Soitu.es, 2008).

mas eram muito machistas. A maioria deles tinha duas ou três mulheres e era algo absolutamente normal, se justificava isto porque o coitado estava na guerrilha, então lá havia uma mulher para lhe atender, tem sua esposa, porém a companheira o atendeu o acompanhou então se justificava de muitas maneiras. Uma situação que eu como mulher não podia justificar e a criticava. Esta é uma das coisas que comecei a criticar, a outra que eu criticava também, estando nestes movimentos, era a violência. Como um homem que quer transformar o mundo é capaz de levantar à mão as companheiras, que o acompanhou, que o seguiu, que havia sido sua companheira, esta é outra crítica. E outra crítica que também tinha era a respeito de que ele virando revolucionário então como revolucionário só lia o jornal, via televisão, enquanto as mulheres lavavam, cuidavam dos filhos, cozinhavam, plantavam, tudo isto. Estas críticas que têm a ver com a história mais ou menos própria das mulheres, foi a primeira coisa que me levou a um encontro de mulheres feministas, já estando longe de meu país (Suarez, 2007, Entrevista).

“Masculinizar-se?”

Outro discurso bastante comum nas entrevistas que fizemos e que aparece também na bibliografia sobre o tema, é que, para serem aceitas e respeitadas nas organizações de esquerda, as militantes mulheres tinham que assumir atitudes e mesmo vestir-se como homens. Eleonora conta que, para ser uma das poucas dirigentes mulheres de sua organização “Eu me travesti de masculino. [...] Eu tinha atitudes masculinas, [...] Era decidida, determinada, forte, sabia atirar... [...] Sendo que muitas mulheres sabiam isso tudo. [...] Transava com vários homens” (Oliveira, 2004, Entrevista).

Para Ana Maria Colling, que também entrevistou muitas mulheres no Brasil, as militantes precisavam negar sua condição de mulheres para serem reconhecidas nas organizações, o que aparece no depoimento de uma de suas entrevistadas, Violeta:

Nós tínhamos dificuldade de ser consideradas mulheres comuns, normais. Se a gente pensava, se a gente fazia política, se a gente tinha ideia própria, se tinha uma certa dificuldade de ter coleira, como a gente tinha, era difícil te imaginar como mulher (Colling, 1997, p. 70).

Também Moriana Hernandez, que foi do *Partido Comunista* e da *Juventude Comunista* do Uruguai, e, hoje, é militante do Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM), disse que,

num determinado momento, chegou à seguinte conclusão: “Eu fui homem! De alguma maneira para dizer que nós, as militantes de esquerda dos 60, havíamos assumido a militância tal como nos havia sido dada. E é claro, a militância era uma militância masculina...” (Hernandez, 2008, Entrevista).

Ela mesma, como outras militantes referiram-se também, muitas vezes, às roupas e aos cosméticos, que, se fossem muito femininos, eram bastante criticados nas organizações:

M – [...] é muito engraçado porque, eu me recorde de haver sofrido críticas dentro da Juventude Comunista, pelo meu modo de me vestir, demasiadamente feminino...

C – Como era? Com saias?

M – O meu jeito eram minissaías escandalosas (risos). Os uniformes militantes eram calças jeans, mas eu disse isto como uma maneira anedótica de mostrar como toda a conduta era... masculina, não encontro outra palavra para dizer (Hernandez, 2008, Entrevista).

Nelida Auger, mais conhecida como Pola, conta à Marta Diana como foi sua admissão no *Partido Revolucionario de los Trabajadores*, PRT. Em seu primeiro encontro com o responsável, sua entrada foi protelada: “Llegué puntual. Diecisiete años, largo pelo lacio hasta la cintura, diminuta minifalda, blusa escotada, y un corazón que latía emocionado por la inminencia del encuentro con el ‘Responsable’”. Depois desse encontro, do qual saiu tão decepcionada, o segundo envolveu uma outra preparação: “Llegué primero. Pelo corto como hombre, zapatillas, blue jeans, camisa de hombre” (Diana, 1997, p. 88). No momento do segundo encontro, Pola teve de apresentar-se, pois o responsável não a reconheceu. Além de uma mudança na aparência, ela mudou sua atitude: apresentou-se, mostrou-se segura de si, impôs-se. Diante de tal transformação, passou a ser aceita.

O uniforme do militante eram *T-shirts* e *jeans*, que, em espanhol, são *Remeras* – visto que evocam o ato de remar, uma atividade e esporte ainda muito masculinos – e *Vaqueros* – que lembram a figura do *cowboy*, o supressumo da masculinidade naquela época.

Por outro lado, Oberti (2006, p. 59), analisando relatos de guerrilheiras da Argentina, chama a atenção para que esta ideia de masculinização da aparência das guerrilheiras estava lado a lado com a representação da mulher também como mãe, a exemplo da Gringa, entrevistada também por Marta Diana, e a cujo relato se refere Oberti:

[...] *el arma pasaba a ser una prolongación, una forma de exteriorizar la lucha en la que participaba la mujer. [...] y las mujeres estábamos ahí... y demostramos ser capaces de cuidar a los hijos, hacer el trabajo de la casa y agarrar un arma para combatir contra el opresor que la priva de la justicia, o de darle de comer a sus hijos* (Diana, 1997, p. 32).

Segundo Oberti (2006), a masculinidade não aparece aí para tomar o lugar da feminilidade, mas para compartilhar o mesmo espaço, um mesmo corpo, como algo que se soma, e que não esteja, necessariamente, em contradição com o fato de ser mulher (Oberti, 2006, p. 59-60).

Como nos ensina Judith Butler:

Se alguém 'é' uma mulher, isso certamente não é tudo que esse alguém é, o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da 'pessoa' transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas (Butler, 2003, p. 20).

Os militantes de esquerda precisavam transformar-se no contexto da luta política e da clandestinidade, afinal, como afirma Alejandra Ciriza, estavam em busca do homem novo, daquele que seria o sujeito da revolução e do mundo novo que se pretendia construir. Ao entrar na clandestinidade e escolher o caminho da luta armada, um militante perdia muitas coisas e, ao perdê-las, ia se transformando: perdia seu nome, sua família, seus amigos de infância; muitas vezes, era deslocado para outra cidade: perdia profissão, trabalho, lazeres, manias, tudo em nome da revolução.⁶ Mas não perdia seu gênero, este, ao que parece, era reforçado no caso dos homens que se espelhavam naquela figura viril de Che Guevara. Para as mulheres, a história era muito diferente. Para começar, mesmo que a canção do uruguaio Daniel Viglietti (1971) a chame de *mujer entera*, a guerrilheira precisava reconstruir-se totalmente, inclusive o seu gênero. Trata-se de uma grande mudança, necessária a sua aceitação como “companheira”.

Os discursos das mulheres militantes de esquerda nos diversos países estudados ressaltam temas

comuns, práticas, trajetórias e discussões que atravessaram as organizações de esquerda. Todos esses homens e mulheres viveram, assim, experiências de guerrilha que mobilizaram um grupo considerável de jovens, muitos dos quais eram estudantes universitários. Cada um desses países viveu contextos particulares com relação a esses movimentos armados. Cada uma das organizações tinha sua linha ideológica (que, por vezes, também variou no tempo), suas formas de organização e sua hierarquia, suas próprias posturas com relação à participação de mulheres e homens, ao recrutamento, aos regulamentos, posturas frente à clandestinidade, enfim, muitas especificidades. Entretanto, os aspectos comuns não param nas questões de gênero: essas organizações, com todas as suas diferenças, são frutos de um movimento histórico que fez com que essas pessoas acreditassem ser possível uma revolução, nos moldes da que ocorreu em Cuba. Esses movimentos tiveram, em comum, manuais, imagens, heróis, referências. Nos periódicos e boletins produzidos nas organizações de cada país, os mesmos trechos do Che Guevara são citados, a estrela e o fuzil aparecem em várias composições em branco, preto e vermelho; a coragem e a audácia são colocadas como as grandes qualidades dos guerrilheiros. O feminismo e a revolução sexual, em maior ou menor medida, estavam chegando, por vários caminhos, de várias maneiras (Wolff, 2007).

A tarefa que se apresenta daqui em diante é mais complexa, mas deve ser enfrentada, de tal modo que há algumas perguntas que teremos de responder daqui para a frente: (i) quais as particularidades desses movimentos em cada país? (ii) como o contexto específico de cada país pode ter influenciado as trajetórias de militância das mulheres?

Referências

- ANSART, P. 2004. História e Memória dos ressentimentos. In: M.S. BRESCIANI; M. NAXARA (orgs.), *Memória e (res)sentimento*. Campinas, Ed. da Unicamp, p. 15-37.
- BUTLER, J. 2003. *Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 240 p.
- COLLING, A.M. 1997. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro, Record/Rosa dos tempos, 157 p.
- DIANA, M. 1997. *Mujeres Guerrilleras. La militancia de los setenta em el testimonio de sus protagonistas femininas*. 2ª ed., Buenos Aires, Planeta, 472 p.
- FERNANDES JUNIOR, O. 2004. *O baú do guerrilheiro. Memórias da luta armada urbana no Brasil*. Rio de Janeiro, Record, 304 p.

⁶ Ver, por exemplo, Fernandes Júnior (2004) e Paz (1997).

- GANDOLFI, A. 1991. *Les luttes armées en Amérique Latine*. Paris, PUF, 254 p.
- HALBWACHS, M. 1990. *A memória coletiva*. São Paulo, Vértice, 189 p.
- OBERTI, A. 2006. Contarse a si mismas. La dimension biográfica en los relatos de mujeres que participaron en las organizaciones político-militares de los 70. In: V. CARNOVALE; F. LORENZ; R. PITTALUGA (orgs.), *Historia, memória y fuentes orales*. Buenos Aires, CeDinCI, p. 45-62.
- PAZ, C.E. 1997. *Nas trilhas da ALN. Memórias romanceadas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 208 p.
- PEDRO, J.M. 2008. O feminismo que veio do exílio: memórias de uma segunda onda no Brasil, na Argentina e no Uruguai (1964-89). In: D. AARÃO REIS; D. ROLLAND (orgs.), *Modernidades Alternativas*. Rio de Janeiro, FGV, p. 157-169.
- SEIXAS, J. A. 2004. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: M.S. BRESCIANI; M. NAXARA (orgs.), *Memória e (re)sentimento*. Campinas, Ed. da Unicamp, p. 37-58.
- SOITU.ES. 2008. La coalición de izquierda. Frente Amplio celebra el aniversario de su primer acto en 1971. Disponível em: http://www.soitu.es/soitu/2008/03/27/info/1206583219_699145.html, acessado em 30/01/2009.
- VIGLIETTI, D. 1971. Muchacha. In: *Canciones Chuecas*. LP, Vinil. Uruguay, Orfeo.
- WOLFF, C.S. 2008. Féminisme et lutte armée: un regard de l'exil. In: I.M.-F. SANTOS; D. ROLLAND (orgs.), *L'Exil brésilien en France: histoire et imaginaire*. Paris, L'Harmattan, vol. 1, p. 159-171.
- WOLFF, C.S. 2007. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul. 1968-1985. *Revista Brasileira de História*, 27(54):19-38.

Fontes primárias

- AGUÑÍN, M. 2008. Entrevista a Cristina Scheibe Wolff. Transcrição realizada por Lillian Back. Montevideu, Uruguai, 27 mar. Acervo do LEGH/UFSC.
- BERAMENDI, C. 2008. Entrevista realizada por Cristina Scheibe Wolff. Transcrição realizada por Larissa Viegas de Mello Freitas. Montevideu, Uruguai, 28 mar. Acervo do LEGH/UFSC.
- DIAZ, G. 2007. Entrevista realizada por Cristina Scheibe Wolff e Joana Maria Pedro. Transcrita por Lillian Back. Santiago, Chile, jun. Acervo do LEGH/UFSC.
- FLORES, G.K. 2008. Entrevista (digital) concedida a Cristina Scheibe Wolff. Asunción, Paraguai, 22 fev. Acervo do LEGH/UFSC.
- HERNANDEZ, M. 2008. Entrevista a Cristina Scheibe Wolff. Transcrita por Gisele Maria da Silva. Montevideu, Uruguai, 24 mar. Acervo do LEGH/UFSC.
- M. [sem identificação]. 2006. Entrevista a Cristina Scheibe Wolff. Transcrita por Vivian Barbosa Moretti. Córdoba, Argentina, 27 out. Acervo do LEGH/UFSC.
- OLIVEIRA, E.M. 2004. Entrevista realizada por Joana Maria Pedro. Transcrita por Joana Borges. Conferida por Luciana Fornazari Klanovicz. Cáceres, MT, 14 out. Acervo do LEGH/UFSC.
- SALDAÑA, M.I. 2007. Entrevista a Cristina Scheibe Wolff e Joana Maria Pedro. Transcrita por Priscila Carboneri de Sena e revisada por Andrei Martin San Pablo Kotchergenko. Santiago, Chile, jun. Acervo do LEGH/UFSC.
- SUAREZ, M. 2007. Entrevista (digital) a Joana Maria Pedro e Gabriela Miranda Marques. Transcrita por Gisele Maria da Silva e revisada por Luana Lopes. Santa Cruz, Bolívia, 10 dez. Acervo do LEGH/UFSC.

Submetido em: 15/05/2009

Aceito em: 20/05/2009